

# ***Concessionária BR 040 S.A.***

*Informações Financeiras Intermediárias  
referentes ao período de três meses findo em  
31 de março de 2016 e Relatório de revisão de  
Informações Trimestrais Intermediárias*

*31 de março de 2016*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Concessionária BR-040 S.A. – VIA 040  
Nova Lima - MG

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária BR-040 S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de informações trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## **Ênfases**

### *Continuidade Operacional da Companhia*

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias, que indica que a Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R\$895.774 mil, causados, principalmente, pelo endividamento de curto prazo no montante de R\$953.491 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

### *Diligências envolvendo acionista e partes relacionadas da Companhia*

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 às informações financeiras intermediárias, que inclui informações referentes a fatos sob investigação envolvendo acionista e partes relacionadas da Companhia no âmbito da operação “lava jato”. O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa, e seu desfecho e eventual efeito para a Companhia não é conhecido.

## **Outros assuntos**

### *Demonstração do valor adicionado*

Revisamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2016

(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	2	2.397	3.044
Aplicações financeiras	3	126.414	8.748
Créditos a receber	5	25.088	28.022
Estoques		2.623	2.629
Impostos a recuperar	5.a	1.275	2.919
Adiantamentos diversos		2.454	3.022
Despesas antecipadas		4.383	1.297
Partes relacionadas	6	-	6
Total do ativo circulante		<u>164.634</u>	<u>49.687</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.b	9.070	9.279
Depósitos judiciais		2.037	1.312
Imobilizado	7	33.885	34.203
Intangível	8	1.202.582	1.122.533
Outros		829	829
Total do ativo não circulante		<u>1.248.403</u>	<u>1.168.156</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><u>1.413.037</u></u>	<u><u>1.217.843</u></u>
<b><u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	9	70.773	63.151
Empréstimos e financiamentos	11	953.491	771.062
Salários e encargos sociais a recolher	10	12.868	10.116
Impostos e contribuições a recolher	5.c	4.788	8.161
Adiantamentos de clientes		232	338
Partes relacionadas	6	17.450	15.621
Provisão para manutenção	20	494	320
Provisão ambiental	21	312	250
Outras contas a pagar		-	5.542
Total do passivo circulante		<u>1.060.408</u>	<u>874.561</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	9	6.570	6.638
Empréstimos e financiamentos	11	9.404	9.721
Provisão para riscos	12	1.710	1.672
Provisão ambiental	21	4.250	4.312
Total do passivo não circulante		<u>21.934</u>	<u>22.343</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	13	395.000	395.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.500	2.500
Prejuízos acumulados		<u>(66.805)</u>	<u>(76.561)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>330.695</u>	<u>320.939</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><u>1.413.037</u></u>	<u><u>1.217.843</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O  
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido (prejuízo) por ação) - NÃO AUDITADO

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Receita operacional líquida	14	70.724	-
Receita de construção	14	64.815	168.644
Custo dos serviços prestados	14	(46.799)	-
Custo de construção	14	(64.159)	(166.975)
LUCRO BRUTO		<u>24.581</u>	<u>1.669</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	14	(10.206)	(8.655)
Outras receitas / despesas, líquidas	14	111	(19.060)
		<u>(10.095)</u>	<u>(27.715)</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	15	589	216
Despesas financeiras	15	(5.111)	(329)
		<u>(4.522)</u>	<u>(113)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		9.964	(26.159)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5 b	(208)	15
Lucro líquido (prejuízo) do período		<u>9.756</u>	<u>(26.144)</u>
Lucro líquido (prejuízo) por ação ordinária (básico e diluído) - R\$	19	<u>0,0148</u>	<u>(0,0820)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O  
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016  
(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

---

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>9.756</u>	<u>(26.144)</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u><u>9.756</u></u>	<u><u>(26.144)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O  
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016

(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	Nota	Capital social			Reservado para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Total			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		395.000	(80.000)	315.000	-	(21.504)	293.496
Integralização de capital em 6 de março de 2015		-	80.000	80.000	-	-	80.000
Prejuízo do período		-	-	-	-	(26.144)	(26.144)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015		<u>395.000</u>	<u>-</u>	<u>395.000</u>	<u>-</u>	<u>(47.648)</u>	<u>347.352</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	13	395.000	-	395.000	2.500	(76.561)	320.939
Prejuízo / Lucro do período	13	-	-	-	-	9.756	9.756
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016	13	<u>395.000</u>	<u>-</u>	<u>395.000</u>	<u>2.500</u>	<u>(66.805)</u>	<u>330.695</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O  
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016  
(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	Nota	31/03/2016	31/03/2015
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro (prejuízo) do período antes do imposto de renda e da contribuição social		9.964	(26.159)
Depreciação e amortização	7 e 8	8.020	1.629
Resultado na baixa de bens do imobilizado	7	33	100
Margem de construção		(656)	(1.669)
Variações monetárias e encargos, líquidos		4.363	89
Juros de aplicação financeira		(474)	-
Provisão de manutenção		174	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)		4.600	-
Provisão para riscos		38	-
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>			
Contas a receber de clientes		2.933	-
Estoques		6	14
Impostos a recuperar	5.a	(1.644)	(1.003)
Déposito judicial		(725)	-
Adiantamentos		573	343
Despesas antecipadas		(3.086)	(2.126)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores	9	6.334	(3.083)
Salários e encargos sociais a recolher	10	2.752	2.187
Impostos e contribuições a recolher	5.c	(3.373)	(1.968)
Adiantamento de clientes		(106)	-
Partes relacionadas	6	1.835	1.400
Outras obrigações e contas a pagar		(4.071)	2.320
Caixa líquido gerado / aplicado nas atividades operacionais		<u>27.490</u>	<u>(27.926)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aplicação financeira		(117.666)	128.684
Aquisição de imobilizado	7	(2.023)	(3.020)
Aquisição de intangível	8	(63.911)	(176.882)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(183.600)</u>	<u>(51.218)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento de capital	13	-	80.000
Captação de empréstimos e financiamentos		160.479	-
Custo de captação	11	(4.543)	(1.066)
Pagamento de empréstimos de financiamentos	11	(316)	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos		(157)	(301)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>155.463</u>	<u>78.633</u>
<b>REDIÇÃO LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>(647)</u>	<u>(511)</u>
Saldo inicial caixa e equivalentes de caixa	3	3.044	611
Saldo final caixa e equivalentes de caixa	3	<u>2.397</u>	<u>100</u>
<b>REDIÇÃO LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>(647)</u>	<u>(511)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O  
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016  
(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Receitas		<u>161.927</u>	<u>174.466</u>
Receita operacional	14	77.138	-
Receita de construção	14	84.789	174.466
Insumos adquiridos de terceiros		<u>(96.726)</u>	<u>(183.703)</u>
Custos de construção	14	(64.159)	(166.975)
Materiais, serviço de terceiros e outros	14	(27.967)	(16.728)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)		<u>(4.600)</u>	<u>-</u>
Valor adicionado bruto		<u>65.201</u>	<u>(9.237)</u>
Retenções		<u>(8.020)</u>	<u>(1.629)</u>
Depreciação e amortização	7 e 9	<u>(8.020)</u>	<u>(1.629)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		<u>57.181</u>	<u>(10.866)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		<u>3.372</u>	<u>6.314</u>
Receitas financeiras	15	<u>3.372</u>	<u>6.314</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>60.553</u>	<u>(4.552)</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>60.553</u>	<u>(4.552)</u>
Pessoal e encargos		<u>13.333</u>	<u>7.168</u>
Remuneração direta		9.498	5.369
Benefícios		2.851	1.212
FGTS		596	301
Outros		388	286
Impostos, taxas e contribuições		<u>8.506</u>	<u>1.007</u>
Federais		5.018	1.007
Municipais		3.488	-
Remuneração capital de terceiros		<u>28.958</u>	<u>13.417</u>
Juros		20.855	12.095
Aluguéis		1.069	993
Outras		7.034	329
Remuneração de capital próprio		<u>9.756</u>	<u>(26.144)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período		<u>9.756</u>	<u>(26.144)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

## CONCESSIONÁRIA BR-040 S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) – NÃO AUDITADO

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária BR-040 S.A. (“VIA 040” ou “Companhia”), fundada em 31 de janeiro de 2014, localizada a Rua Niágara, 350, Nova Lima, MG - Brasil, é uma sociedade por ações de propósito específico de capital aberto e tem como objeto social específico e exclusivo operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) o sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG.

O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da VIA 040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão (“Sistema Rodoviário”), em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado pela Companhia junto à União Federal (“Poder Concedente”) por intermédio da ANTT. O prazo de duração da Companhia é determinado e correspondente ao tempo necessário para cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. O referido contrato possui prazo de duração de 30 anos contados a partir de 22 de abril de 2014, podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente.

O trecho rodoviário sob concessão da VIA 040 tem início em Brasília, Distrito Federal e fim em Juiz de Fora, Minas Gerais, com extensão de 936,8 km, passando por 35 municípios ao longo de sua extensão abrangendo o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Minas Gerais.

A VIA 040 é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”).

Em 30 de julho de 2015, a Companhia iniciou a cobrança de pedágio após a duplicação de 56,3 quilômetros e da conclusão dos trabalhos iniciais. A autorização foi dada pela ANTT para as praças de pedágio 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 11 e 12. Em 23 de agosto de 2015, a Companhia deu início a cobrança de pedágio nas praças 09 e 10, também conforme autorizado pela ANTT.

Em 31 de março de 2016, a VIA 040 apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$895.774 (capital circulante líquido negativo de R\$824.874 em 31 de dezembro de 2015). Devido ao financiamento ponte captado no montante de R\$953.491 ter vencimento em 15 de maio de 2016. A Administração da VIA 040 e sua acionista Invepar renegociaram em conjunto com o BNDES a postergação do empréstimo BNDES PONTE para 10 de junho de 2016. Com o prazo adicional, a Companhia espera concluir as condições precedentes necessárias para a liberação do financiamento de longo prazo que equalizará a estrutura de capital prevista para a Companhia. Caso a liberação do referido financiamento não ocorra nos prazos esperados, a Companhia seguirá renegociando o vencimento do empréstimo PONTE junto ao BNDES.

### 1.1. Diligência em Acionista e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da Investimento e Participações em Infraestrutura S.A. (“Invepar”), que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a construtora OAS, responsável pelo contrato de construção da rodovia, detalhado na nota explicativa 7 – parte relacionadas.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão foi realizada na sede da controladora Invepar e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (“GRUPAR”). O objeto dos mandados em questão (i) foi relacionado a temas específicos, entre eles, fatos relacionados ao acionista indireto OAS, que se encontra sob investigação no âmbito da operação “lava jato”; (ii) não continham nenhuma referência às concessões e atividades da Invepar ou demais controladas; e (iii) a controladora divulgou fato relevante em 12 de abril de 2016 esclarecendo os referidos acontecimentos ao mercado. A administração da Via 040 entende que não há qualquer indício que a Companhia venha a ser afetada pelos resultados das referidas investigações.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 13 de maio de 2016 pela Administração da Companhia, compreendem:

### 2.1. Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis à elaboração das informações trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015”), publicadas na imprensa oficial em 31 de março de 2016.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas informações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

### 2.2. Adoção das IFRSs novas e revisadas

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

- Modificações a IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola.

- Modificações a IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização.
- Modificações à IFRS 11 – Contabilização para aquisições de Participações em Operações em Conjunto.
- Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de Investimento: Aplicação da Isenção para Consolidação.
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 – Margem de venda de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture*.
- Modificações a IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras.
- IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas – determina a contabilização de saldos de contas regulatórias diferidas referente ao mercado em que a tarifa é regulada.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de julho de 2016:

- IFRS 5 – Ativos Disponíveis para Venda em Operações Descontinuadas – introduz tópicos específicos em relação à contabilização de ativos mantidos para venda e a apresentação e divulgação de operações descontinuadas.
- IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações (com alterações refletidas na IFRS 1) – fornece orientação adicional para esclarecer se um contrato de prestação de serviços de manutenção é considerado continuidade do envolvimento em um ativo transferido para a finalidade das divulgações exigidas em relação aos ativos transferidos.
- IAS 19 – Benefício a empregados – esclarece que a taxa de desconto usada nas obrigações de benefícios pós-emprego deve ser determinada por referência aos rendimentos de títulos corporativos de alta qualidade no final do período.
- IAS 34 – Demonstrações Financeiras Intermediárias – as alterações esclarecem as exigências relativas à informação requerida pelo parágrafo 16ª da IAS 34, que é apresentado em outros lugares dentro do relatório financeiro intermediário, mas fora das demonstrações financeiras intermediárias.

c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

d) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – *Leasing* – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa	1.615	1.473
Bancos	<u>782</u>	<u>1.571</u>
	<u>2.397</u>	<u>3.044</u>

### 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Taxa</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Compromissada com lastro em debêntures (a)	94%	CDI	abr-16	95.693	8.748
Compromissada com lastro em debêntures (a)	100,4%	CDI	jun-16	<u>30.721</u>	<u>-</u>
Total - Aplicações financeiras				<u>126.414</u>	<u>8.748</u>

(a) As aplicações compromissadas são classificadas como empréstimos e recebíveis remunerados pela taxa de 88,00%, 100,00% e 100,4% do CDI e as mesmas possuem liquidez diária, podendo os valores serem resgatados a qualquer momento, sem alteração significativa de valor.

### 5. CRÉDITOS A RECEBER

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
AVI (*)	11.206	9.283
Vale pedágio	1.151	1.004
Ocupação da faixa de domínio (**)	12.103	10.341
Outros	<u>628</u>	<u>7.394</u>
	<u>25.088</u>	<u>28.022</u>

(\*) O saldo da rubrica “contas a receber” é oriundo da utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 22 dias.

(\*\*) Os saldos apresentados são referentes a prestação de serviços decorrentes da exploração do Sistema Rodoviário e de projetos associados a receber dos respectivos clientes. Para dar início a cobrança, foi necessário aguardar a autorização da ANTT.

## 6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

### a) Impostos a recuperar

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda e contribuição social	700	-
PIS e COFINS	18	-
IRRF sobre aplicações financeiras	401	2.916
Outros	<u>156</u>	<u>3</u>
	<u>1.275</u>	<u>2.919</u>

### b) Imposto de renda e da contribuição social diferidos

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	13.816	13.816
Diferenças temporárias	<u>1.881</u>	<u>1.881</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>15.697</u>	<u>15.697</u>
Margem de construção (*)	(1.652)	(1.665)
Custo de captação	(2.947)	(2.947)
Margem de construção (Lei 12.973/14)	<u>(2.028)</u>	<u>(1.806)</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(6.627)</u>	<u>(6.418)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>9.070</u>	<u>9.279</u>

(\*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do RTT até 31/12/2014, constituídos sobre margem de construção são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$5, pelo prazo restante do Contrato de Concessão, conforme inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo que estão registrados é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva. No período de 2016, a Companhia manteve os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que haviam sido registrados com base nas projeções de resultado tributável feitas em 2014 e decidiu não registrar os prejuízos do período atual. Os valores não constituídos de IRPJ e CSLL diferidos são R\$14.189.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

31/03/2016

2016	5.838
2017	2.072
2025	<u>7.787</u>
	<u>15.697</u>

c) Imposto de renda e da contribuição social no resultado do período

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	9.964	(26.159)
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>(3.388)</u>	<u>8.894</u>
Adições permanentes	(1.615)	(20)
Exclusões permanentes	4.795	568
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	-	<u>(9.427)</u>
Total dos impostos no resultado	<u>(208)</u>	<u>15</u>
IR e CSLL diferidos	<u>(208)</u>	<u>15</u>

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na Lei nº 12.973 passou a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exercesse tal opção. Dentre os dispositivos, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Concessionária adotou a Lei nº 12.973/14 a partir de janeiro de 2015 e não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras.

d) Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pis e Cofins	1.070	2.996
Imposto sobre serviço	2.364	2.944
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte	854	1.929
INSS sobre terceiros	<u>500</u>	<u>292</u>
	<u>4.788</u>	<u>8.161</u>

## 7. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas da Companhia, sejam elas acionistas, empresas ligadas ou profissionais-chaves da Administração são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

<u>Parte relacionada</u>	<u>Transação</u>	<u>Relação com a Companhia</u>	31/03/2016	
			<u>Passivo Circulante</u>	<u>Resultado (Despesas)</u>
INVEPAR	Serviços compartilhados(*)	Controladora	17.450	(2.068)
			<u>17.450</u>	<u>(2.068)</u>

  

<u>Parte relacionada</u>	<u>Transação</u>	<u>Relação com a Companhia</u>	<u>Ativo circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	31/12/2015	
					<u>(Despesas)</u>	<u>(Custo de construção)</u>
INVEPAR	Serviços compartilhados (*)	Controladora	6	(15.620)	(19.306)	-
METRORIO	Serviços compartilhados (*)	Coligada	-	(1)	(1)	-
CART	Serviços compartilhados (*)	Coligada	-	-	(7)	-
			<u>6</u>	<u>(15.621)</u>	<u>(19.314)</u>	<u>-</u>
OAS	Contrato de empreitada (**)	Acionista indireto	-	-	-	(302.472)

(\*) Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do Grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(\*\*) Os valores referentes a Construtora OAS S.A. estão representados na rubrica de Fornecedores quando dos saldos no passivo circulante.

Serviços - ativo

Em 30 de maio de 2014, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada Construtora OAS S.A., o contrato de empreitada para execução de obras civis no sistema rodoviário BR-040, envolvendo a ampliação da capacidade, implantação de melhorias, trabalhos iniciais, recuperação de obras de artes especiais, recuperação de terraplenos e de estruturas de contenção, por preço global. Os trabalhos iniciais, somente no item pavimento e de recuperação estrutural do pavimento, em preço específico. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, o qual é fiscalizado pela ANTT.

Em 16 de setembro de 2015, a Companhia notificou a Construtora OAS S.A. sobre a sua intenção de resilir o contrato, no prazo de 30 dias, contados a partir da emissão da referida notificação, conforme previsão contratual, e considerando, (i) a paralisação das atividades contratuais, decorrentes do mútuo interesse das partes em evitar e/ou minimizar custos e despesas desnecessários; (ii) as tratativas para terminação consensual do contrato, que se encontram em estágio avançado, mas não concluídas; (iii) a necessidade da Companhia, no que tange a contratação de outras empreiteiras, visando o cumprimento das regras estabelecidas pelo Poder Concedente, bem como a urgência da consecução das obras para atendimento ao interesse público primário.

Dado o distrato contratual supracitado, a Companhia e a Construtora OAS S.A. impetraram diversos pleitos entre as partes visando manter o equilíbrio contratual. Os pleitos formalizados pela Construtora OAS S.A. contra a Via 040, foram analisados por consultores técnicos e jurídicos, contratados pela Via 040, que culminaram em um acordo de pagamento da Via 040 para com a Construtora OAS S.A. no montante de R\$35.431, reconhecido a título de fornecedores a pagar.



Em 16 de outubro de 2015, foi formalizado o distrato contratual com a Construtora OAS S.A.

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia, de comum acordo com a Construtora OAS S.A., liquidou, parte da obrigação firmada com a mesma, advindas dos pleitos supracitados, com pagamento de R\$34.292. O saldo residual será pago pela Companhia assim que a Construtora OAS S.A. realizar correções nas obras entregues, prevista no acordo entre as partes. Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não há outros saldos residuais que não estes advindos do distrato contratual supracitado.

#### Remuneração da administração

Em 29 de abril de 2016 foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$4.782.

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave das administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, está composta pelos valores abaixo:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Pró-labore	413	325
Encargos	123	65
Bônus	70	63
Outros benefícios	<u>91</u>	<u>69</u>
	<u>697</u>	<u>522</u>

Em 31 de março de 2016, a Companhia provisionou o montante de R\$70, de bônus para os administradores.

#### 8. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de <u>depreciação %</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/03/2016</u>
Custo					
Instalações	10	56	-	-	56
Máquinas e equipamentos	10	13.158	216	-	13.374
Móveis e utensílios	10	2.658	265	-	2.923
Veículos	20	18.156	4	(29)	18.131
Equipamentos de informática	20	7.105	284	(4)	7.385
Adiantamento a fornecedores	-	9	786	(9)	786
Imobilizado em andamento	-	<u>446</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>446</u>
		<u>41.588</u>	<u>1.555</u>	<u>(42)</u>	<u>43.101</u>
Depreciação acumulada					
Instalações		(8)	-	1	(7)
Máquinas e equipamentos		(1.950)	(461)	-	(2.411)
Móveis e utensílios		(158)	(120)	-	(278)
Veículos		(4.184)	(914)	8	(5.090)
Equipamentos de informática		<u>(1.085)</u>	<u>(345)</u>	<u>-</u>	<u>(1.430)</u>
		<u>(7.385)</u>	<u>(1.840)</u>	<u>9</u>	<u>(9.216)</u>
Imobilizado líquido		<u>34.203</u>	<u>(285)</u>	<u>(33)</u>	<u>33.885</u>

Concessionária BR-040 S.A.

	Taxas anuais de depreciação %	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Custo</b>						
Instalações	10	62	17	-	(23)	56
Máquinas e equipamentos	10	1.719	6.645	-	4.794	13.158
Móveis e utensílios	10	136	2.522	-	-	2.658
Veículos	20	22.830	319	(199)	(4.794)	18.156
Equipamentos de informática	20	3.606	3.476	-	23	7.105
Adiantamento a fornecedores	-	100	9	(100)	-	9
Imobilizado em andamento	-	<u>66</u>	<u>380</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>446</u>
		<u>28.519</u>	<u>13.368</u>	<u>(299)</u>	<u>-</u>	<u>41.588</u>
<b>Depreciação acumulada</b>						
Instalações		(1)	(7)	-	-	(8)
Máquinas e equipamentos		(8)	(641)	-	(1.301)	(1.950)
Móveis e utensílios		(2)	(156)	-	-	(158)
Veículos		(345)	(5.144)	4	1.301	(4.184)
Equipamentos de informática		<u>(49)</u>	<u>(1.036)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.085)</u>
		<u>(405)</u>	<u>(6.984)</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>(7.385)</u>
Imobilizado líquido		<u>28.114</u>	<u>6.384</u>	<u>(295)</u>	<u>-</u>	<u>34.203</u>

#### Perdas por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de março de 2016, não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

#### Ativos cedidos em garantia

A companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

## 9. INTANGÍVEL

	Prazo de vida útil	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/03/2016</u>
<b>Custo</b>					
Software	5 anos	4.113	1.440	-	5.553
Direitos da concessão	(*)	707.318	1.920	7.937	717.175
Adiantamento a fornecedores		5.046	2	(3.139)	1.909
Intangível em construção		<u>416.014</u>	<u>82.867</u>	<u>(4.798)</u>	<u>494.083</u>
		<u>1.132.491</u>	<u>86.229</u>	<u>(4.880)</u>	<u>1.218.720</u>
<b>Amortização acumulada</b>					
Software		(642)	(224)	-	(866)
Direitos da concessão		<u>(9.316)</u>	<u>(5.956)</u>	<u>-</u>	<u>(15.272)</u>
		<u>(9.958)</u>	<u>(6.180)</u>	<u>-</u>	<u>(16.138)</u>
Intangível líquido		<u>1.122.533</u>	<u>80.049</u>	<u>(4.880)</u>	<u>1.202.582</u>

Concessionária BR-040 S.A.

	Prazo de vida útil	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2015
Custo						
Software	5 anos	2.913	1.200	-	-	4.113
Direitos da concessão	(*)	3.637	191.088	-	512.593	707.318
Adiantamento a fornecedores		2.883	5.916	(718)	(3.035)	5.046
Intangível em construção		<u>524.959</u>	<u>400.621</u>	<u>(8)</u>	<u>(509.558)</u>	<u>416.014</u>
		<u>534.392</u>	<u>598.825</u>	<u>(726)</u>	<u>-</u>	<u>1.132.491</u>
Amortização acumulada						
Software		(15)	(627)	-	-	(642)
Direitos da concessão		<u>(804)</u>	<u>(8.512)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.316)</u>
		<u>(819)</u>	<u>(9.139)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.958)</u>
Intangível líquido		<u>533.573</u>	<u>589.686</u>	<u>(726)</u>	<u>-</u>	<u>1.122.533</u>

(\*)Prazo remanescente da concessão contado a partir da data de início da operação do ativo.

#### Perdas por Redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de março de 2016 não foram identificadas evidências de ativo intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

#### Ativos cedidos em garantia

A companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

### 10. FORNECEDORES

	31/03/2016	31/12/2015
Circulante		
Fornecedores nacionais	62.336	55.494
Retenções contratuais	7.503	6.723
Verba de fiscalização (ANTT)	934	934
	<u>70.773</u>	<u>63.151</u>
Não circulante		
Fornecedores nacionais	<u>6.570</u>	<u>6.638</u>
	<u>77.343</u>	<u>69.789</u>

## 11. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Provisão de férias	3.451	3.321
Gratificações	5.680	4.021
Encargos	2.051	1.519
Outras benefícios de curto prazo	<u>1.686</u>	<u>1.255</u>
	<u>12.868</u>	<u>10.116</u>

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Objeto</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
BNDES - Ponte	Reais	TJLP + 2% a.a.	mai/16	956.718	775.542
BNDES - FINAME	Reais	6% a.a.	ago/24 a out/24	10.698	11.015
Custo de captação				<u>(4.521)</u>	<u>(5.774)</u>
Total				<u>962.895</u>	<u>780.783</u>
Circulante				953.491	771.062
Não circulante				9.404	9.721

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Captações</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Juros Pagos (*)</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Custo de captação incorrido</u>	<u>Custo de captação amortizado</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/03/2016</u>
Passivo circulante									
BNDES - Ponte	775.542	160.479	-	-	20.697	-	-	-	956.718
BNDES - FINAME	1.294	-	(317)	(157)	157	-	-	317	1.294
Custos a amortizar	<u>(5.774)</u>	-	-	-	-	<u>(4.543)</u>	<u>5.796</u>	-	<u>(4.521)</u>
	<u>771.062</u>	<u>160.479</u>	<u>(317)</u>	<u>(157)</u>	<u>20.854</u>	<u>(4.543)</u>	<u>5.796</u>	<u>317</u>	<u>953.491</u>
Passivo não circulante									
BNDES - FINAME	<u>9.721</u>	-	-	-	-	-	-	<u>(317)</u>	9.404
	<u>9.721</u>	-	-	-	-	-	-	<u>(317)</u>	<u>9.404</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>780.783</u>	<u>160.479</u>	<u>(317)</u>	<u>(157)</u>	<u>20.854</u>	<u>(4.543)</u>	<u>5.796</u>	-	<u>962.895</u>

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Captações</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Juros Pagos (*)</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Custo de captação incorrido</u>	<u>Custo de captação amortizado</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo circulante									
BNDES - Ponte	-	205.217	-	-	52.038	-	-	518.287	775.542
BNDES - FINAME	1.290	-	(1.039)	(714)	491	-	-	1.266	1.294
Custos a amortizar	-	-	-	-	-	<u>(18.762)</u>	<u>21.657</u>	<u>(8.669)</u>	<u>(5.774)</u>
	<u>1.290</u>	<u>205.217</u>	<u>(1.039)</u>	<u>(714)</u>	<u>52.529</u>	<u>(18.762)</u>	<u>21.657</u>	<u>510.885</u>	<u>771.062</u>
Passivo não circulante									
BNDES - Ponte	518.287	-	-	-	-	-	-	(518.288)	-
BNDES - FINAME	10.987	-	-	-	-	-	-	(1.266)	9.721
Custos a amortizar	<u>(8.669)</u>	-	-	-	-	-	-	<u>8.669</u>	-
	<u>520.605</u>	-	-	-	-	-	-	<u>(510.885)</u>	<u>9.721</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>521.895</u>	<u>205.217</u>	<u>(1.039)</u>	<u>(714)</u>	<u>52.529</u>	<u>(18.762)</u>	<u>21.657</u>	-	<u>780.783</u>

(\*) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento da construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Em 10 de setembro de 2014, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total de R\$965.750, dividido em dois subcréditos:

Concessionária BR-040 S.A.

“A” R\$717.130 e “B” R\$248.620, destinado à prestação de serviço público de recuperação, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da rodovia BR 040. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,0% a.a. mais TJLP.

O principal e o juros da dívida devem ser pago ao BNDES em prestação única, no valor principal vincendo da dívida, vencendo-se no dia 15 de maio de 2016, após alteração da data original que era em 15 de março de 2016.

As liberações ocorridas, referentes ao subcrédito A, foram as seguintes:

<b>Subcrédito</b>	<b>Data</b>	<b>Montante</b>
A	22 de setembro de 2014	R\$ 322.000
	26 de dezembro de 2014	R\$ 190.000
	22 de maio de 2015	R\$ 117.000
	27 de agosto de 2015	R\$ 22.814
	24 de setembro de 2015	R\$ 65.403
B	25 de janeiro de 2016	R\$ 83.085
	27 de janeiro de 2016	R\$ 77.394

Como garantia ao fiel cumprimento das obrigações da Companhia para com o BNDES, a INVEPAR, detentora da totalidade das ações, alienou fiduciariamente, por meio de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, as ações que detêm da Companhia como garantia ao pagamento do Empréstimo PONTE, aos bancos fiadores da operação.

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 31 de março de 2016, todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas.

Como condição de liberação dos créditos pelo BNDES, a Companhia obteve junto ao Banco Itaú, Banco do Brasil, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e Banco Bradesco cartas de fianças, conforme detalhado a seguir:

<b>Fiador</b>	<b>Valor total da carta original</b>	<b>%</b>
Itaú	R\$250.000	25,8866
BB	R\$250.000	25,8866
BDMG	R\$215.750	22,3402
Bradesco	R\$250.000	25,8866

As cartas fianças, por sua vez, são garantidas por meio de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, datado de 25 de agosto de 2014, firmado entre a Companhia com Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., Itaú Unibanco S.A., na qual a Companhia empenha todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes da Concessão, respeitado o disposto no art. 28, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada (“Lei de Concessões Públicas”), incluindo, sem limitar, os direitos creditórios bem como todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da Concessão e que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes da Concessão (“Direitos Creditórios Empenhados”). Além disso, nos termos do Contrato de Prestação de Garantias, a INVEPAR constituiu em favor dos Fiadores penhor sobre a totalidade das ações, presentes ou futuras, de emissão da Companhia e de sua titularidade,

representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, por meio de contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças datado de 25 de agosto de 2014, que possui a Itaú Corretora de Valores S.A. como instituição depositária.

O contrato de empréstimo PONTE celebrado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES, prevê como hipótese de vencimento cruzado do débito a extinção do Contrato de Concessão. O contrato de prestação de fiança celebrado pela Companhia com Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco BBI S.A. e BB Banco de Investimentos S.A., para garantia do empréstimo PONTE BNDES, prevê a possibilidade de exigência de substituição e/ou devolução antecipada das cartas de fiança em vigor, caso (i) seja declarado o vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Companhia e/ou da INVEPAR, na qualidade de interveniente-garantidora, com os fiadores e seus controladores e/ou qualquer de suas controladas e coligadas; (ii) constatado o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia, na qualidade de afiançada, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R\$10.000 ou (iii) ocorra o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da INVEPAR, na qualidade de interveniente garantidora, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.

Os recursos captados junto ao Banco do Brasil são oriundos dos repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME integrante do Sistema BNDES e foram utilizados pela Companhia para adquirir sua frota de veículos. Os veículos financiados estão alienados à instituição financeira intermediária destes financiamentos, constituindo-se assim como garantia quanto a não quitação, por parte da Companhia, da dívida contraída. Após o período de carência de 6 meses estão sendo pagos em 114 prestações mensais e sucessivas. Este financiamento sofrerá incidência de juros à taxa efetiva de 6,00% ao ano, calculados por dias corridos, debitados e exigidos trimestralmente no período de carência, sempre no dia 15 de cada mês e mensalmente no período de amortização.

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 31 de março de 2016, todas às cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas. Segue abaixo o detalhamento dos contratos:

<u>Modalidade</u>	<u>Número do contrato</u>	<u>Data de liberação</u>	<u>Valor do contrato/ Valor liberado</u>	<u>Vencimento</u>
FINAME	40/00992-0	24/11/14	878	15/10/24
FINAME	40/00990-4	27/11/14	527	15/08/24
FINAME	40/00982-3	17/11/14	896	15/08/24
FINAME	40/00984-X	17/11/14	2.623	15/08/24
FINAME	40/00989-0	17/11/14	1.041	15/08/24
FINAME	40/00988-0	17/11/14	1.875	15/08/24
FINAME	40/00981-5	19/12/14	385	15/08/24
FINAME	40/00986-6	18/11/14	166	15/08/24
FINAME	40/00983-1	15/12/14	<u>3.635</u>	15/08/24
			<u>12.026</u>	

### 13. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia, em 31 de março de 2016, é ré em processos de natureza cível, trabalhista e administrativo sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como prováveis ou possíveis as probabilidades de perda, para os quais foram constituídas provisões ou foram efetuadas as respectivas divulgações nesta nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia é ré em processos de natureza cível, trabalhista e administrativo sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como prováveis ou possíveis as probabilidades de perda

a) Riscos cíveis

As demandas que envolvem a Companhia são, em sua maioria, propostas por usuários do Sistema Rodoviário que pleiteiam compensação por prejuízos decorrentes de falhas na prestação dos serviços de manutenção, conserva ou operação da rodovia. O contencioso cível também envolve demandas decorrentes de conflitos nas relações contratuais estabelecidas com os fornecedores da Companhia. Nestas, são usuais pedidos de aplicação de penalidades contratuais e/ou indenizações por prejuízos eventualmente apurados.

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

c) Riscos administrativos

Estes processos envolvem penalidades e sanções monetárias impostas à Companhia pelo Poder Concedente devido a falhas no atendimento aos parâmetros de desempenho exigidos no Contrato de Concessão.

Movimentação da provisões para contingências prováveis:

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/03/2016</u>
Administrativa	1.587	-	-	1.587
Trabalhista	72	82	(63)	91
Cíveis	<u>13</u>	<u>33</u>	<u>(14)</u>	<u>32</u>
Total	<u>1.672</u>	<u>115</u>	<u>(77)</u>	<u>1.710</u>

A Companhia é ré em processos de natureza cível, trabalhista e administrativa, sobre as quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação. O montante das causas com probabilidade de perda possível em 31 de março de 2016 é de R\$ 3.393 (R\$1.537 em 31 de dezembro de 2015), onde R\$ 1.871 (R\$1.129 em 31 de dezembro de 2015) representam causas de natureza trabalhista e R\$ 1.522 (R\$408 em 31 de dezembro de 2015) representam causas de natureza cível. Como causas de natureza cível com probabilidade de perda possível, há processos questionando a cobrança futura de pedágio.

Concessionária BR-040 S.A.

A Companhia reconheceu provisões de contingências, no montante de R\$ 323 (R\$1.587 em 31 de dezembro de 2015) referente a multas impetradas pelo Poder Concedente enquanto discutidas no âmbito administrativo da ANTT, cuja a probabilidade de perda foi julgada como provável.

#### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a) Capital social

	<u>Número de ações</u>	<u>% Participação</u>	<u>Ações ordinárias</u>
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	395.000.000	100	395.000.000

Em 31 de janeiro de 2014, nos termos do boletim de subscrição foi firmado pela INVEPAR a subscrição de 395.000.000 (trezentos e noventa e cinco milhões) de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal a Companhia.

Em 21 de fevereiro de 2014, foi realizada a integralização de R\$39.500.

Em 24 de fevereiro de 2014, foi realizada a integralização de R\$275.500.

Em 06 de março de 2015, foi realizada a integralização de R\$80.000.

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social encontrava-se totalmente integralizado em R\$ 395.000 (R\$315.000 em 31 de dezembro 2014)

Em 31 de março de 2016 o capital social encontrava-se totalmente integralizado em R\$395.000.

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações.

##### b) Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

<u>Acionistas</u>	<u>31/03/2016</u>
INVEPAR	<u>2.500</u>
	<u>2.500</u>

O adiantamento para futuro aumento de capital foi autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de dezembro de 2015

##### c) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, conforme art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.



## 15. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das receitas, custos e despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas, custos e despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

### a) Receitas por natureza

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Receita bruta de pedágio	75.372	-
Receita extraordinária	1.766	-
Receita de construção	64.815	168.644
Deduções da receita		
PIS	(521)	-
COFINS	(2.405)	-
ISS	<u>(3.488)</u>	<u>-</u>
	<u>135.539</u>	<u>168.644</u>

### b) Custos e despesas por natureza

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Pessoal e encargos	(15.216)	(8.193)
Conservação e manutenção	(7.294)	(490)
Comunicação, marketing e publicidade	(72)	(6.362)
Seguros e garantias	(1.077)	(1.082)
Combustíveis e lubrificantes	(1.703)	(1.388)
Consultoria e assessoria	(797)	(743)
Taxas e impostos*	(3.104)	(4.298)
Alugueis	(1.069)	-
Serviços de terceiros	(4.266)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	(4.600)	-
Provisão para riscos	(38)	-
Serviços compartilhados	(2.630)	(1.394)
Depreciação e amortização	(8.020)	(1.629)
Custo de construção	(64.159)	(166.975)
Outros	<u>(7.008)</u>	<u>(2.136)</u>
	<u>(121.153)</u>	<u>(194.690)</u>
Custo dos serviços prestados	(46.799)	-
Despesas gerais e administrativas	(10.206)	(8.655)
Outras receitas (despesas) operacionais	111	(19.060)
Custo de construção	<u>(64.159)</u>	<u>(166.975)</u>
	<u>(121.153)</u>	<u>(194.690)</u>

(\*) Inclui os custos contratuais da concessão, como verbas de fiscalização e segurança, conforme previsto no contrato de concessão no montante de R\$ 3.184 em 31 de março de 2016 (R\$ 3.204 em 31 de março de 2015).

## 16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Juros sobre aplicações financeiras	474	-
Variação monetária ativa	92	216
Descontos obtidos	<u>23</u>	<u>-</u>
Total receitas financeiras	<u>589</u>	<u>216</u>
Comissões e despesas bancárias	(725)	(53)
Juros sobre empréstimos	(3.093)	(175)
Juros passivos	(336)	(64)
Outros	<u>(957)</u>	<u>(37)</u>
Total despesas financeiras	<u>(5.111)</u>	<u>(329)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(4.522)</u>	<u>(113)</u>

No período findo em 31 de março de 2016, a Companhia incorreu em R\$ 26.650 de despesas de juros do empréstimo com o BNDES, sendo R\$ 3.247 compensados com a Receita Financeira oriunda do mesmo. O montante de R\$ 19.974 foi capitalizado no intangível e o restante de R\$ 3.429 mantido no resultado.

## 17. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período findo em 31 de março de 2016.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações que mantém disponíveis durante o período.

A Companhia não possui instrumentos diluidores.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Numerador básico		
Resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia	9.756	(26.144)
Denominador básico		
Média ponderada por lote de mil ações	<u>658.736</u>	<u>317.912</u>
Lucro líquido / prejuízo (básico e diluído) por lote de mil ações - R\$	<u>0,0148</u>	<u>(0,069)</u>

## 18. SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia ao setor público, riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos de engenharia, conforme obrigação contratual constante em seu Contrato de Concessão, e outros relacionados aos seus ativos operacionais e administrativos, considerado suficientes por sua administração para cobrir os riscos envolvidos.

<u>Modalidade</u>	<u>Limite máximo de indenização (básico)</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>
Garantia ao poder concedente (a)	425.000	20/03/16 a 20/03/17	Banco Fator 100%
Responsabilidade civil geral (b)	50.000	19/03/16 a 19/03/17	Tóquio Marine
Riscos operacionais (c)	40.000	19/03/16 a 19/03/17	Tóquio Marine
Edificações (Escritório Cristalina)	500.000	20/08/15 a 20/08/16	Allianz
Edificações (Escritório Sede)	2.635	17/10/15 a 16/10/16	Mitsui
Edificações (Almox Nova Lima)	6.200	21/01/16 a 20/01/17	Mitsui
Edificações (Almox Paracatu)	1.400	09/03/16 a 09/03/17	Porto Seguro
Veículos	Por veículo	18/09/15 a 18/09/16	Liberty
Máquinas	Por máquina	18/09/15 a 18/09/16	Chubb
D&O	100.000	21/09/15 a 21/09/16	XL Seguros

(a) Seguro garantia, conforme previsto no item 12 do Contrato de Concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente, que deverá ser mantido, a favor da ANTT, até o fiel cumprimento das obrigações contratuais previstas no PER.

(b) Cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão.

(c) Cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de danos morais e lucros cessantes inerentes à operação da Companhia.

(\*) Não é parte do escopo dos auditores independentes a avaliação da adequação das coberturas dos seguros contratados pela Administração da Companhia.

## 19. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

A VIA 040 deverá manter, em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

<u>Meta de duplicação</u>	<u>Valor</u>
Até o atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER*	425.000
Do atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER* até o 30º ano	225.000

\*PER - Programa de Exploração Rodoviária

Concessionária BR-040 S.A.

A redução do valor da Garantia de Execução do Contrato está condicionada ao cumprimento as metas de duplicação da rodovia descritas no PER. A Garantia de Execução do Contrato será reajustada anualmente, com o mesmo índice de reajuste da Tarifa Básica de Pedágio

Estão previstas no contrato de concessão as obrigações abaixo descritas:

Ressarcimento de estudos ambientais	12.997
Desapropriações	31.699
Verba de fiscalização	10.410
Verba de segurança no trânsito	1.334
Recursos para desenvolvimento tecnológico	1.844

A Companhia, como compromisso contratual, assumiu os compromissos de investimentos previstos no PER.

O Programa de Exploração da Rodovia (PER) especifica as condições para execução do Contrato, caracterizando todos os serviços e obras esperados da Concessionária BR 040 ao longo do prazo da Concessão, divididos em frentes. Em cada uma das frentes são detalhadas as atividades de responsabilidade da Concessionária BR 040, com a fixação do prazo e das condições para o cumprimento integral do PER.

O PER conta com 4 frentes de concessão, cujo escopo encontra-se assim definido:

Frente 1	Frente 2
Recuperação e manutenção; Pavimento; Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança; Obras de arte especiais; Terraplenos e estruturas de contenção; Canteiro Central e Faixa de Domínio; Implantação e Recuperação das Edificações e instalações operacionais; Sistemas Elétricos e de Iluminação.	Ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço ; Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias; Obras em Trechos Urbanos; Obras de Manutenção de Nível de Serviço; Obras Emergenciais.
Frente 3	Frente 4
Conservação; Pavimento; Elementos de Proteção e Segurança; Obras de Arte Especiais; Sistema de Drenagem e Obras de Arte Correntes; Terraplenos e estruturas de contenção; Canteiro Central e Faixa de Domínio; Edificações e instalações operacionais; Sistemas Elétricos e de Iluminação.	Serviços operacionais: implantação e operacionalização das seguintes infraestruturas e serviços; Centro de Controle Operacional; Equipamentos e Veículos da Administração; Sistemas de Controle de Tráfego; Sistemas de Atendimento ao Usuário; Sistemas de Pedágio e controle de arrecadação; Sistema de Comunicação; Sistema de Pesagem; Sistema de Guarda e Vigilância Patrimonial; Reforma dos postos da PRF.

O PER prevê um prazo até 5 (cinco) anos, a contar da data de obtenção da licença de implantação, para que estes investimentos sejam finalizados.

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2016 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e fornecedores.

<u>Instrumentos financeiros</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	2.397	3.044
Aplicação financeira (a)	126.414	8.748
Créditos a receber (b)	<u>25.089</u>	<u>28.022</u>
Total do ativo	<u>153.900</u>	<u>39.814</u>
<b>Passivos</b>		
Fornecedores (b)	77.343	69.789
Partes relacionadas (b)	17.450	15.621
Empréstimos e financiamentos (b)	962.895	780.783
Outras contas a pagar (b)	-	<u>5.542</u>
Total do passivo	<u>1.057.688</u>	<u>871.735</u>

- (a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.  
 (b) Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

- Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos

financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

<u>Mensurados a valor justo - Ativos financeiros</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Caixa e equivalentes de caixa	2.397	-	2.397	-
Aplicações financeiras	<u>126.414</u>	-	<u>126.414</u>	-
Total	<u>128.811</u>	-	<u>128.811</u>	-

<u>Mensurados a valor justo - Ativos financeiros</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3.044	-	3.044	-
Aplicações financeiras	<u>8.748</u>	-	<u>8.748</u>	-
Total	<u>11.792</u>	-	<u>11.792</u>	-

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação da CDI e IPCA.

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia tem como política manter as contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

As taxas anuais consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI Ativo (% ao ano)	14,13%	10,60%	7,07%
TJLP (% ao ano)	7,5%	9,38%	11,25%

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

*Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros*

Em 31 de março de 2016, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:



<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras	DI	126.414	17.862	13.397	8.931
Passivos financeiros					
Empréstimo e financiamentos	TJLP	962.895	72.217	90.271	108.326

f) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Em 31 de março de 2016, dado a aproximação da data de vencimento do empréstimo PONTE obtido junto ao BNDES, e consequente classificação contábil do total da dívida em seu passivo circulante, o índice de liquidez nessa data está demonstrado abaixo:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida (*)	962.895	780.783
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira	<u>(128.811)</u>	<u>(11.792)</u>
Dívida líquida	<u>834.084</u>	<u>768.991</u>
Patrimônio líquido	<u>330.690</u>	<u>320.939</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1.164.774</u>	<u>1.089.930</u>

(\*) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto prazo, conforme detalhado na nota explicativa nº 11.

g) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos no período de 2015. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2016.

h) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através das contas garantidas e empréstimos e financiamentos.

As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a

Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

<u>31 de março de 2016</u>	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	969.658	3.586	6.093	1.889	981.226
Fornecedores	70.773	1.535	1.535	3.500	77.343

## 21. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para recuperação da infraestrutura, que compreende os gastos previstos para deixá-la em condições normais de operação antes de devolvê-la ao Poder Concedente, a partir do momento que o ativo construído se torna operacional e com base na melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Em 31 de março de 2016, a Companhia reconheceu R\$494 a título de provisão para manutenção (R\$320 em 31 de dezembro de 2015)..

A taxa para cálculo do valor presente para os projetos com início previsto até 31 de março de 2016 é de 14,25% a.a.

A estimativa da Companhia quanto ao prazo de desembolso dos valores provisionados, até a data base destas demonstrações financeiras é de 08 anos, que considera o volume de tráfego nos trechos já duplicados e seu consequente desgaste.

## 22. PROVISÃO AMBIENTAL

A Companhia reconhece provisão referente à obrigação de reposição de supressão vegetal, a ser realizada, na mesma proporção do andamento da obra para a qual foi obtido o Licenciamento Ambiental pertinente. Estas provisões são determinadas com base na melhor estimativa durante o período pelo qual a Companhia espera realizar os dispêndios a ela inferidos quando da obtenção do Licenciamento Ambiental.

Em 31 de março de 2016, a Companhia reconheceu R\$4.562 (R\$312 no passivo circulante e R\$4.250 no passivo não circulante), em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu R\$4.562 (R\$250 no passivo circulante e R\$4.312 no passivo não circulante), trazido a valor presente, a título de provisão ambiental.

De acordo com o cronograma estabelecido junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”), a Companhia estima que os recursos relacionados ao projeto serão despendidos a partir do mês de fevereiro de 2016 com a conclusão prevista para dezembro de 2022.

A taxa para cálculo do valor presente é de 14,25% a.a.

## 23. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia possui no trimestre as transações não caixa conforme segue abaixo.

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	54.196	51.585
Encargos financeiros capitalizados no ativo intangível	19.974	57.098

## 24. CONTRATO DE CONCESSÃO

O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da VIA 040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão (“Sistema Rodoviário”), em conformidade com as condições e especificações do Contrato de Concessão firmado pela Companhia junto à União Federal (“Poder Concedente”) por intermédio da ANTT.

O referido contrato possui prazo de duração de 30 anos contados a partir de 22 de abril de 2014, podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente.

Encerrado o prazo de concessão, serão revertidos à União todos os Bens Reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão para a Companhia todos os direitos emergentes do Contrato de Concessão.

Este contrato possui cláusulas que restringem a alienação e aquisição dos bens da concessão.

Como parte do Contrato de Concessão a Companhia assumiu os compromissos e responsabilidades descritos na Nota Explicativa nº18.

O primeiro reajuste contratual da Companhia ocorreu 21 de julho de 2015, data do início da cobrança de pedágio. A data-base para os reajustes seguintes será a data do primeiro reajuste, de forma que nos anos posteriores os reajustes da tarifa serão realizados sempre no mesmo dia e mês em que for realizado o primeiro reajuste, ao longo de cada ano do período sob concessão.

O Contrato de Concessão prevê que seja garantido à Companhia a possibilidade de requerer reequilíbrio contratual, quando necessário, para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão. Em contrapartida, também rege que a Companhia está sujeita a penalidades caso descumpra as obrigações firmadas junto ao Poder Concedente.

A tarifa de pedágio será reajustada para incorporar a variação do IPCA com base em fórmula que considera fatores de desempenho relacionados ao Contrato de Concessão.

## 25. CONTRATO DE CONSTRUÇÃO

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). No período findo em 31 de março de 2016 a Companhia reconheceu R\$64.815, como receita de construção, o montante de (R\$168.644 em 31 de março de 2015) e como margem de construção, o montante de R\$663 (R\$1.686 em 31 de março de 2015).

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado através dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

O custo total incorrido da construção da infraestrutura em 31 de março de 2016 é de R\$1.213.167 (R\$1.128.378 em 31 de dezembro de 2015), incluindo R\$5.046 (R\$5.046 em 31 de dezembro de 2015) referentes a adiantamento concedido a fornecedores.

## 26. EVENTOS SUBSEQUENTES

### a) Postergação de vencimento, empréstimo PONTE

O empréstimo PONTE com o BNDES que originalmente vencia em 15 de março de 2016 e foi postergado para 15 de maio de 2016, teve sua data de vencimento renegociada em conjunto com o BNDES para 10 de junho de 2016.

---

ADMINISTRAÇÃO

---

Túlio Toledo Abi Saber  
Diretor-Presidente

Responsável Técnico

---

Pascoal Cunha Gomes  
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores.

---

Magno Silva de Moraes  
Contador - CRC RJ- 108.830/O-4